

Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

5º bimestre de 2020



Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2020. v. 4 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2020

ISSN 2675-7680

16

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA4B20204](https://doi.org/10.47592/RTFMA4B20204)

DOI. Texto. [10.47592/5bi202011](https://doi.org/10.47592/5bi202011)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
- I. SEPLAN-MA,2019. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Matheus Pedrosa Carneiro da Silva

Nara dos Santos Weba

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Roseane Santos Silva

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

Kelisson de Souza Nogueira

REVISÃO:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

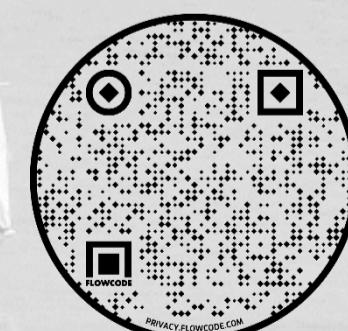
CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie_slz/](https://www.instagram.com/@fozzie_slz/))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproxima-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual, verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (art. 9º) e da Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE (IN nº 26).

Boa leitura!



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	6
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	7
a. Cenário Estadual	8
3. Cenário das Finanças Públicas	9
I) Resultado Primário do Governo Central.....	9
II) Resultado Primário do Setor Público Consolidado	10
III) Finanças Públicas Maranhenses	11
a. Receitas.....	11
i. Receitas de Transferências	12
ii. Receitas Tributárias	12
iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	14
b. Despesas	15
TÓPICOS EXTRAS.....	16



1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

NO RUMO DA ESTABILIZAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 5º bimestre de 2020 apresenta os resultados fiscais do Estado do Maranhão comparando com relação ao ano anterior e ao orçado na Lei Orçamentária Anual – LOA. O principal enfoque observado refere-se ao agravamento da crise econômica em 2020, decorrente da pandemia do novo coronavírus, no qual os impactos orçamentários e financeiros para o maranhão chegam a acumular R\$ 1,2 bilhão. Apesar dessa grande frustração, o diferencial para o 5º bimestre é o panorama de recuperação da atividade econômica e consequentemente das receitas estaduais.

No panorama macroeconômico internacional e nacional, as perdas de atividade econômica estimadas para o ano corrente, foram em sua grande parte superestimadas, como consequência, a queda no PIB mundial e nacional foram revisadas de forma mais otimista, acentuando que a recuperação econômica após a sequência de *lockdowns* parece ser mais rápida do que o esperado e que os impactos na China e países emergentes não foram tão grandes quanto o previsto. A recuperação da demanda chinesa, guia-se como principal vetor para a aceleração da recuperação e impacta diretamente nas economias emergentes exportadoras de *commodities*, no qual o Brasil e o Maranhão são beneficiados.

Nesse contexto, o RTF do 5º bimestre ilustra também a queda superestimada para o PIB do maranhão apresentando a revisão do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) que retrata o número para queda de 5,8%. As características do Estado do Maranhão permitiram uma recuperação mais acelerada e um menor impacto negativo, no qual medidas anticíclicas do governo estadual e federal foram essenciais para o quadro menos pessimista.

Tal peculiaridade impactou diretamente nas contas públicas maranhenses, que, apesar da queda de Transferências Constitucionais – conforme já vinha-se demonstrando nos RTF's anteriores – possibilitou a retomada da arrecadação tributária, destacadamente do ICMS. Somado com os auxílios da União aos entes federativos, o gap nas receitas em relação ao ano de 2019 foi fechado, mantendo-se apenas a problemática ampla, em relação a LOA de 2020.

Pari passu com a recuperação das receitas e estabilização através dos repasses, destacam-se o crescimento das despesas com saúde e assistência social, cujos recursos voltam-se para atender as necessidades de combater à pandemia. Além disso, o aumento dos custos da dívida externa, decorrente da elevação da taxa de câmbio também continua preocupante. Dessa forma, o apoio federal vem sendo essencial para manter o funcionamento da máquina pública maranhense nos estágios atuais – vetor que é essencial para estabilização econômica no atual momento de crise.

Nesse sentido, para o Estado do Maranhão a ascensão da economia ainda não é uma realidade, as dificuldades das contas públicas – embora com certo conforto – ainda são uma ameaça às políticas públicas para 2021 e 2022, ainda mais, ao manter sob perspectiva os riscos de uma segunda onda da pandemia, cujos impactos são incertos e a potência nos efeitos cíclicos da economia são imprevisíveis.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Não foi à toa que o relatório trimestral do FMI, o [World Economic Outlook, de outubro de 2020](#) foi intitulado “Uma longa e difícil ascensão”, ao passo em que o trabalho era escrito, mais de um milhão de vidas já haviam sido perdidas para a COVID-19 e os números continuavam ascendentes, além disso, as expectativas quanto ao crescimento do número de extremamente pobres no mundo eram de crescimento de 90 milhões de pessoas. A COVID-19 sem dúvida marca um novo e longo período caótico para humanidade que permeia desafios em duas vertentes: enfrentar a pandemia e corrigir suas mazelas socioeconômicas.

As expectativas de crescimento mundial em 2020 continuam apontando para uma recessão profunda (-4,4%), contudo, menos severa do que o esperado no início do ano. Boa parte dessa recuperação, deve-se a rápida reorganização econômica e sanitária da China, que apresentou resultados melhores do que o esperado. Contudo o crescimento global ainda será pautado em um longo, desigual e incerto percurso, devido, sobretudo, aos choques que a pandemia exerceu sobre a demanda e oferta de mercadorias, sobre o volume de comércio mundial, sobre os serviços de turismo e transporte de pessoas. O direcionamento de grandes recursos para a área da saúde, deixando setores igualmente importantes mais escassos de investimentos, a perda de milhões de empregos e o novo contingente de extremamente pobres, não são apenas um problema de redução do mercado como ameaças ao aumento da insegurança, do crime, da fome. Todos esses problemas exigem ações diretas de políticas anticíclicas por parte dos governos centrais e locais, contudo, o alto custo da política keynesiana poderá ser cobrado posteriormente em um forte arrocho fiscal ou, a depender do estágio atual dos governos, a situação financeira pode ser um impeditivo para tais medidas.

Para 2021, é esperada uma aceleração na recuperação, uma vez que a pandemia possa estar mais “contida” e as vacinas consigam avançar para acelerar a retomada da atividade econômica e o efeito base-fraca de

2020 permita um crescimento robusto, assim, estima-se que o crescimento mundial será robusto para o ano seguinte (+5,2%), contudo, ainda incapaz de suprir as perdas de 2020.

No âmbito da esfera nacional, o FMI estimou que o Brasil sofreria queda de -5,8% do PIB em 2020 e lenta recuperação econômica em 2021 (+2,8%), parte disso deriva da situação instável em que o país se encontra desde 2015. A circunstância da estrutura fiscal, a instabilidade político-institucional e o lento crescimento econômico apenas se somaram com a ocorrência conjuntural da pandemia em 2020. Uma vez que esses problemas ainda não foram superados, o crescimento brasileiro ainda deverá ser fraco.

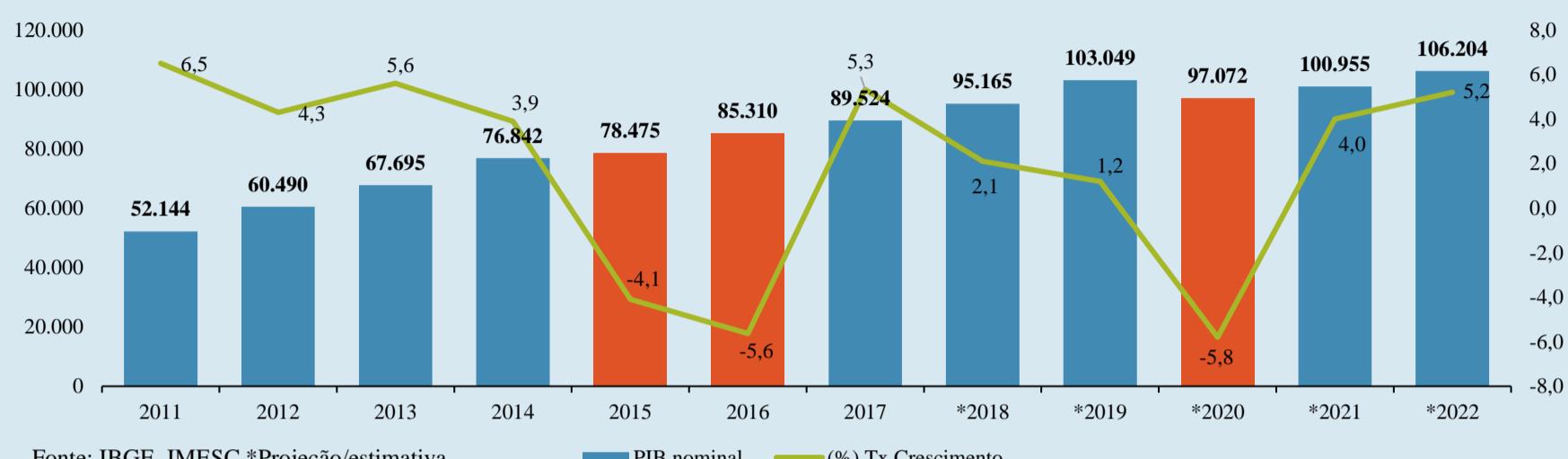
Enquanto o dólar sofreu desvalorização de 4% contra a cesta global de moedas, em relação ao real, a situação do câmbio continua divergente. A conjuntura fiscal brasileira, as taxas de juros baixas e o risco global são os principais vetores para a depreciação do real em relação ao dólar e demais moedas. A tese geral é que o risco-brasil cresceu demais para o atual nível de juros, risco de *default* e déficit público de forma a afugentar investidores estrangeiros.

No que tange a pandemia, no Brasil a situação é uma das mais drásticas do Mundo. A falta de orientação em um plano nacional de combate à COVID-19 e a dessincronização das medidas de contenção em âmbito nacional, estadual e municipal são impeditivos para a efetiva contenção da doença. Em alguns locais, o número de leitos ocupados continua atingindo pontos críticos, embora no geral, no segundo semestre, o nível de contaminação tenha se atenuado. A espera de uma segunda onda, mais forte, para 2021 ainda é um risco geral. O nível de desemprego nacional cresceu, a atividade industrial desacelerou, o setor de serviços foi fortemente impactado e, somente o setor da agropecuária patina em perspectivas positivas devido a inelasticidade de produtos alimentícios e das *commodities* nacionais, além do fortalecimento do incentivo exportador provocado pelo encarecimento do dólar.



a. Cenário Estadual

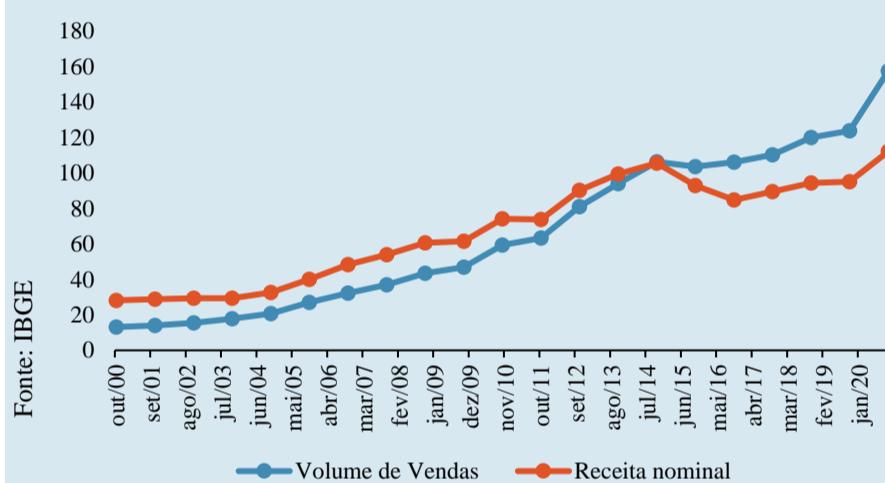
Evolução do Produto Interno Bruto do Maranhão Valores absolutos e Taxa de Crescimento de 2011 até *2022, em R\$ milhões



Fonte: IBGE, IMESC *Projeção/estimativa

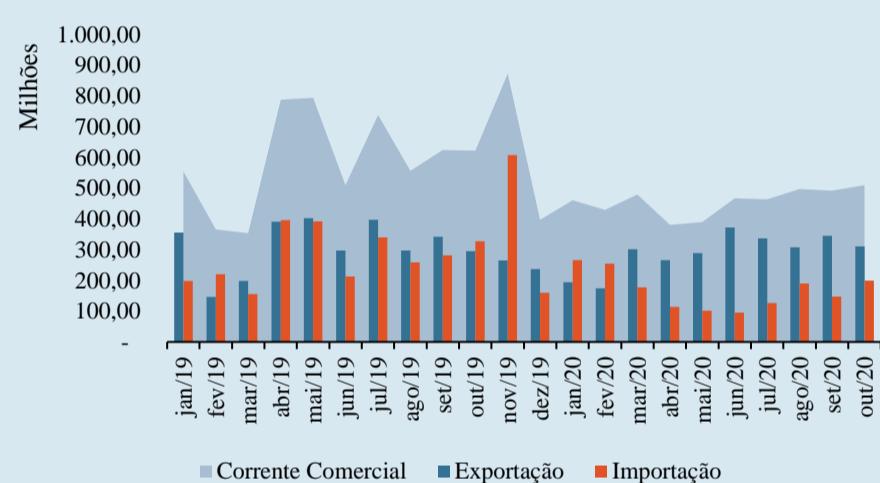
PIB nominal (%) Tx Crescimento

Volume de vendas e receita nominal no comércio varejista



Fonte: IBGE

Evolução mensal da balança comercial maranhense de jan/19-set/20 US\$ (FOB)



Fonte: Ministério da Economia, Comexstat

No que se refere a economia maranhense, a expectativa de crescimento que era de queda de 8% do PIB para 2020 foi revisada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), no [Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do 3º trimestre de 2020](#) foi ajustada para -5,8%. A queda menor do que o esperado se deveu sobretudo a mudanças de paradigmas proporcionados pelos Auxílios Federais, tanto aos Estados quanto para a população o que proporcionou certo “alívio” no impacto financeiro das famílias, permitindo a manutenção do consumo; da menor elasticidade em relação à pandemia, das *commodities* agrícolas; do consumo extra, derivado do ganho temporário de renda para a população extremamente pobre – o qual o Estado possui o maior contingente comparado às demais unidades federativas; de medidas anticíclicas do Governo Estadual para manutenção do emprego e redução do impacto para as famílias, como distribuição de cestas básicas e outros auxílios sociais; dos investimentos públicos na saúde, com expansão do contingente de trabalhadores

temporários para conter à pandemia; e, de uma recuperação mais acentuada da atividade econômica pós *lockdown*.

No geral, a economia Maranhense, conseguiu reduzir os impactos da covid-19 ao patinar em circunstâncias estruturais negativas – que se tornaram favoráveis para mitigar o efeito negativo na economia. O contingente de extremamente pobres permitiu um maior fluxo de renda temporária para o Estado; o desequilíbrio do câmbio, favoreceu as exportações e a produção agropecuária e as medidas anticíclicas mantiveram a máquina pública funcionando e em expansão para combater a pandemia. Dessa forma, a estrutura econômica de enclave do Maranhão, no qual a administração pública, o setor externo e a produção de *commodities* possuem grande peso em relação ao PIB, conseguiram “ampliar” sua participação efetiva na economia, securitizando do impacto cerca de 50% do PIB, no qual o setor mais afliido acabou sendo o de comércio e serviços, o de maior peso.



3. Cenário das Finanças Públicas

I) Resultado Primário do Governo Central

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (em bilhões)

Discriminação	Acumulado até outubro		5º Bimestre		Acumulado		5º Bimestre	
	2019	2020	2019	2020	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
I. RECEITA TOTAL	1.274,40	1.166,52	255,55	275,57	- 107,89	-8,47	20,02	7,83
I.1 - Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	785,93	722,61	148,15	168,14	- 63,32	-8,06	19,99	13,50
I.2 - Incentivos Fiscais	-0,05	-0,14	-	-	0,09	187,73	-	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	326,37	307,96	66,52	74,88	- 18,41	-5,64	8,36	12,56
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	162,16	136,08	40,88	32,55	- 26,07	-16,08	- 8,33	-20,39
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	221,77	207,32	35,93	35,83	- 14,44	-6,51	- 0,10	-0,27
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	170,21	159,31	27,46	26,54	- 10,90	-6,40	- 0,92	-3,35
II.2 Fundos Constitucionais	8,02	7,47	1,56	1,43	- 0,55	-6,81	- 0,13	-8,20
II.3 Contribuição do Salário Educação	10,37	10,55	1,89	1,97	- 0,18	1,69	0,08	4,48
II.4 Exploração de Recursos Naturais	31,12	27,92	3,91	4,60	- 3,20	-10,29	0,69	17,68
II.5 CIDE - Combustíveis	0,82	0,69	0,19	0,18	- 0,13	-15,93	- 0,02	-8,44
II.6 Demais	1,23	1,38	0,92	1,11	- 0,15	12,53	0,19	21,16
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.052,64	959,19	219,62	239,73	- 93,44	-8,88	20,11	9,16
IV. DESPESA TOTAL	1.116,49	1.640,03	231,41	319,44	523,54	46,89	88,03	38,04
IV.1 Benefícios Previdenciários	506,26	560,34	114,68	101,74	54,07	10,68	- 12,94	-11,28
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	251,03	257,92	47,46	49,05	6,90	2,75	1,58	3,34
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	164,14	638,38	26,74	130,35	474,24	288,92	103,62	387,52
IV.4 Despesas do Exec. Sujeitas à Progr. Financeira	195,06	183,39	42,53	38,30	- 11,67	-5,98	- 4,23	-9,95
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	- 63,85	- 680,97	- 11,79	- 79,71	- 617,12	966,46	- 67,92	576,17
VII.2 AJUSTE METODOL. CAIXA-COMP	2,20	1,87	- 0,86	- 0,27	- 0,33	-14,95	0,59	-68,39
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2,55	- 2,37	- 0,31	1,27	- 4,93	-192,92	1,58	-509,78
IX. RESULT. PRIMÁRIO DO GC (VI+VII+VIII)	- 54,62	- 677,00	- 12,09	- 75,15	- 622,38	1139,44	- 63,06	521,76

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

O resultado da Receita Líquida do Governo Central no 5º bimestre demonstra retomada gradual das atividades no país, uma vez que, na comparação com o mesmo período do ano passado, a variação foi positiva, na ordem de R\$ 20 bilhões. Ao considerar as Receitas Administradas pela Receita Federal, houve um crescimento de 13,5% em comparação com o 5º bimestre do ano anterior, isso deve-se ao aumento na arrecadação de alguns tributos, como o Imposto de Renda Retido na Fonte (+6,6 bilhões, +11,66%) que se elevou por conta dos rendimentos do trabalho e da volta das empresas às suas atividades costumeiras. Além disso, COFINS e PIS/PASEP também apresentaram bons resultados em decorrência da variação positiva de 7,4% no volume de vendas em outubro, somado a alterações no calendário que adiaram o pagamento desses tributos referentes ao mês de maio para setembro.

As mudanças no calendário de pagamentos de impostos também influenciaram o desempenho da Arrecadação Líquida para o RGPS, variação positiva de R\$ 8,3 bilhões, visto que o recolhimento programado normalmente para o 2º bimestre, foi realizado apenas no 5º bimestre, o que provocou queda abrupta nos meses de março e abril, mas foi recompensado pelo aumento extraordinário em outubro. Em contrapartida, a queda nas Receitas Não Administradas pela RFB é explicada por dois fatores: a diminuição no pagamento de dividendos de grandes empresas

como BNDES e Petrobras devido à COVID-19, somado aos recursos advindos da exploração de Recursos Naturais, que registrou queda quando comparada com 2019 em virtude do preço internacional do petróleo, da variação cambial, além da queda da produção a nível global.

Acerca da diminuição nas Transferências por Repartição das Receitas, nos relatórios anteriores (ver [3º bimestre](#) e [4º bimestre](#)) foi explicado como a queda na arrecadação impactou as transferências da União aos Estados e Municípios, cenário que permaneceu até setembro. O mês de outubro, por sua vez, apresentou os primeiros sinais de aumento na arrecadação, uma vez que, a transferências de FPE e FPM superaram o mesmo mês no ano de 2019, ou seja, o aumento na arrecadação de IR e IPI, que são repassados aos entes subnacionais, impactou diretamente os repasses dos fundos estaduais e municipais. No entanto, esse avanço não compensou totalmente o desempenho de setembro, pois o bimestre fechou em negativo em relação as Transferências.

Sobre as Despesas Totais no bimestre, é fato que houve um aumento extraordinário nos gastos do governo como forma de mitigar os efeitos da crise pandêmica, principalmente no grupo de Outras Despesas Obrigatorias. Os outros dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais permaneceram constantes e os Benefícios Previdenciários apresentaram queda por conta de alterações no



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

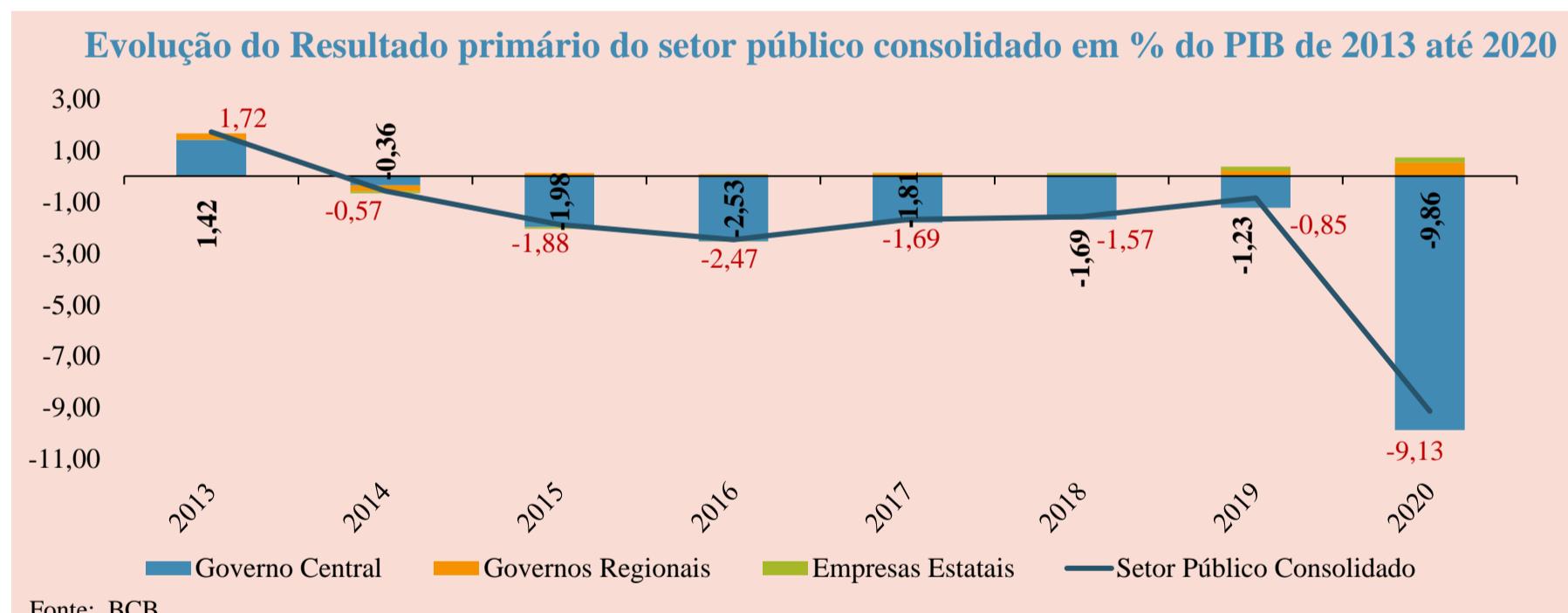
calendário. Ocorre que os pagamentos referentes a parcela do 13º salário realizados comumente entre agosto e dezembro foram adiantados para o 2º e 3º bimestres do ano, resultando nessa queda relativa ao 5º bimestre de 2019. Nesse sentido, do total de R\$ 130,3 bilhões dispendidos em setembro e outubro deste ano, cerca de R\$ 103 bilhões foram destinados a Auxílios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Despesas Extras do Ministério da Saúde, dentre outros auxílios, além das maiores cifras repassadas aos Estados e Municípios por meio da [Lei Complementar nº 173/2020](#) e da [Medida Provisória nº 938/2020](#).

O Resultado Primário apresenta, então, um déficit da ordem de R\$ 75 bilhões, por conta do aumento extraordinário nas despesas frente a uma tímida recuperação na arrecadação tributária. Aqui cabe fazer duas comparações: primeiramente com o 5º bimestre do ano anterior, no qual a variação do déficit primário é de 500%, o que demonstra o tamanho do impacto do COVID-19 na economia. Em segundo lugar, e de maneira mais amenizadora, cabe a comparação com o bimestre anterior, uma vez que o resultado de julho e agosto apresentava ainda maiores desarranjos entre

despesas e receitas do que o atual. Nesse sentido, o resultado negativo de R\$ 184 bilhões do 4º bimestre foi amenizado no 5º bimestre para menos da metade. Isso deve-se a dois fatores principais: a última parcela referente ao auxílio financeiro ditado pela LC nº 173/2020 foi paga em setembro, dessa forma, as despesas de outubro já apresentaram decréscimo de cerca de R\$ 15 bilhões em relação aos 4 meses anteriores. Somado a isso, o 5º bimestre apresentou acréscimo de cerca de R\$ 48 bilhões no Total da Receita Líquida, o que contribui para a melhora do resultado primário do bimestre.

Por fim, a visão do acumulado até outubro revela a situação fiscal que o país enfrentará pelos próximos anos. O ano deve registrar o maior déficit primário brasileiro da série histórica, não por conta da queda na arrecadação, que acumula variação negativa de 9%, mas em decorrência dos auxílios repassados à população e aos entes subnacionais para amenizar os efeitos da crise financeira para os brasileiros. Nesse sentido, o aumento das despesas governamentais superou em quase 50% no acumulado até o 5º bimestre de 2019.

II) Resultado Primário do Setor Público Consolidado



Fonte: BCB

O mês de outubro registrou, pela primeira vez desde janeiro, superávit primário do Setor Público Consolidado devido ao fechamento positivo nos governos regionais e nas empresas estatais na ordem de R\$ 5,2 bilhões e R\$ 998 milhões, respectivamente. Em contrapartida, o Governo Central apresentou um déficit de R\$ 3,2 bilhões ocasionado, principalmente, pelas medidas governamentais de combate à crise pandêmica e financeira no país, o que gera aumento extraordinário nas despesas do Governo Central, além da queda significativa nas receitas ao longo de todo o ano de 2020.

O Resultado Primário do Setor Público Consolidado registrou superávit na ordem de R\$ 3 bilhões no mês de outubro

em virtude do Resultado do Governo Federal. No entanto, ocorre que o Governo Central saiu de um déficit de R\$ 75 bilhões em setembro para R\$ 3,1 bilhões em outubro. Aliado a isso está o fato de que os Estados apresentaram resultado primário superavitário de R\$ 5 bilhões.

Para realizar o pagamento das despesas executadas ao longo do ano de 2020, a dívida líquida do Setor Público chegou a 61,2% do PIB em outubro de 2020, frente a percentagem inicial de 54,2% em janeiro, isto é, antes da crise generalizada da COVID-19 e do aumento extraordinário da despesa pública para combater seus



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

efeitos. Vale destacar que essa é a maior percentagem do PIB comprometida com Dívidas registrada na série histórica do país.

No acumulado do ano até o mês de outubro, o resultado primário do Setor Público Consolidado registrou déficit de R\$ 632,9 bilhões, isso corresponde a 9,13% do PIB do país, conforme o gráfico II. Como já citado anteriormente, o resultado do mês de outubro também se aplica ao acumulado, isto é, o Governo Central registrou déficit em praticamente todos os meses por conta do aumento nas despesas extraordinárias necessárias para combater os efeitos da crise, a não ser janeiro, enquanto o resultado dos Estados, Municípios e Estatais foi superavitário na maioria dos meses, principalmente por conta das transferências recebidas do Governo

Federal ao longo do ano em forma de auxílio, entretanto, o Governo Central é o que possui mais peso no resultado, dessa forma, reflete diretamente no déficit primário.

Segundo projeções realizadas pela [Instituição Fiscal Independente](#), o cenário da dívida em outubro está melhor que o esperado. A perspectiva da próxima década ainda é de difícil estimativa, no entanto. O que se pode presumir é que, em 2024, a Dívida Bruta do Setor Público alcance 100% do PIB, dado que em outubro de 2020 já estava no patamar de quase 91%. Nesse cenário, a IFI presume que deve haver um superávit primário na ordem de 1,2% do PIB para, pelo menos, estabilizar a dívida em 100%

III) Finanças Públicas Maranhenses

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 5º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período - Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Receitas	Acum. do Ano		5º Bimestre		Var %		Var. Absoluta	
	2019	2020	2019	2020	jan-out 20/ jan-out 19	5º bi20/ 5º bi19	jan-out 20/ jan-out 19	5º bi20/ 5º bi19
Receitas Correntes	15.672,6	17.490,3	2.988,3	3.692,5	11,6	23,6	1.817,7	704,1
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	7.588,7	7.877,5	1.592,7	1.810,2	3,8	13,7	288,8	217,5
ICMS	5.797,1	6.007,1	1.251,0	1.374,5	3,6	9,9	209,9	123,5
IR	526,9	590,2	96,1	168,9	12,0	75,7	63,4	72,8
IPVA	407,4	425,0	23,9	60,3	4,3	151,9	17,6	36,3
Outros Impostos	47,9	0,0	16,6	0,0	-100,0	-100,0	-47,9	-16,6
ITCD	15,8	16,1	4,9	3,6	1,6	-26,9	0,2	-1,3
Taxes	277,5	259,4	53,6	56,9	-6,5	6,1	-18,0	3,3
Outras Receitas Correntes	141,4	193,4	30,0	97,5	36,8	225,2	52,0	67,5
Receita de Serviços	3,5	0,7	0,1	0,4	-78,9	628,6	-2,8	0,4
Receita Patrimonial	56,9	60,2	9,4	16,0	5,9	71,3	3,3	6,7
Transferências Correntes	7.431,4	8.833,8	1.257,5	1.675,1	18,9	33,2	1.402,3	417,6
FPE	5.663,6	5.309,6	928,2	895,7	-6,3	-3,5	-354,1	-32,5
FUNDEB	1.232,5	1.175,9	212,9	211,3	-4,6	-0,7	-56,6	-1,6
SUS	323,0	601,9	69,0	107,1	86,4	55,2	278,9	38,1
Outras Transferências Correntes	212,3	1.746,4	47,4	460,9	722,4	872,8	1.534,1	413,5
Apóio Financeiro MP 938/2020	0,0	507,9	0,0	165,9	-	-	507,9	165,9
Auxílio Financeiro LC 173/2020	0,0	983,9	0,0	239,8	-	-	983,9	239,8
Instituições Públicas - COVID19	0,0	0,8	0,0	0,5	-	-	0,8	0,5
Demais Transferências Correntes	212,3	253,8	47,4	54,7	19,5	15,5	41,5	7,4
Receitas Correntes - INTRA	721,1	582,7	107,0	136,5	-19,2	27,6	-138,4	29,5
Receitas de Capital	206,4	323,2	18,6	67,3	56,6	260,8	116,9	48,6
Alienação de Bens	0,5	3,2	0,0	0,6	473,2	-	2,6	0,6
Operações de Crédito	166,2	169,8	18,4	2,7	2,1	-85,3	3,6	-15,7
Mercado Externo	16,3	10,0	16,3	2,7	-38,9	-83,4	-6,3	-13,6
Mercado Interno	149,9	159,8	2,0	0,0	6,6	-100,0	9,9	-2,0
Outras Receitas de Capital	31,8	85,9	0,1	0,0	170,2	-100,0	54,1	-0,1
Transferências de Capital	7,8	64,4	0,2	64,0	724,4	32.150,1	56,6	63,8
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	103,5	0,0	0,0	0,0	-100,0	-	-103,5	0,0
Deduções	-3.734,8	-3.745,4	-716,1	-772,4	0,3	7,9	-10,6	-56,2
Total Geral	12.968,8	14.650,7	2.397,8	3.123,9	13,0	30,3	1.681,9	726,1

Fonte: SEPLAN/MA

Diante do cenário de crise pandêmica e, consequentemente, financeira, o ano de 2020 registrou queda nas receitas correntes, por conta do decréscimo na arrecadação, nas contas de todos as esferas públicas. Entretanto, desde o 4º bimestre há uma sinalização para a tímida recuperação no recolhimento das receitas estaduais e o 5º bimestre continuou nesse padrão de crescimento na arrecadação.

Em comparação com o 5º bimestre do ano passado, houve um crescimento de 23,6% das Receitas Correntes explicado, principalmente, pelos repasses referentes aos auxílios emergenciais de combate aos efeitos da crise pandêmica do novo coronavírus. Por exemplo, ao levar em consideração somente o grupo Outras Transferências Correntes, apenas no 5º bimestre de 2020 o Maranhão recebeu quase 10 vezes mais do que o mesmo período



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

de 2019 (R\$ 460,9 milhões) justamente em virtude da Medida Provisória nº 938/2020 e da Lei Complementar nº 173/2020, ambas criadas para mitigar os efeitos econômicos da crise.

Também deve-se destacar o acréscimo nas Receitas Tributárias, (+R\$ 217,5 milhões; +13,7%) no comparativo entre bimestres, isso sinaliza a volta das atividades do comércio, o principal afetado, e da economia como um todo. Até mesmo na comparação do acumulado até outubro há crescimento das receitas de impostos, o que demonstra recuperação dos resultados do 2º e 3º bimestres, cuja queda foi abrupta causada pelo maior nível de isolamento social.

Em síntese, na comparação entre os 2019 e 2020 no acumulado até outubro, o crescimento total, ao considerar as deduções, foi de 13%, ou R\$ 1.681,9 milhões. Saldo positivo que “compensa” o decréscimo nos primeiros bimestres do ano.

i. Receitas de Transferências

A crise causada pelo contágio do novo coronavírus em 2020 requereu medidas urgentes para conduzir a situação financeira, tanto para investir na melhoria da infraestrutura hospitalar do país, como para diminuir o impacto na queda da demanda efetiva, das atividades do comércio e da produção.

Nesse contexto, o Governo Central disponibilizou recursos para entes subnacionais, a partir do mês de abril, através da [LC nº 173/2020](#) e da [Medida Provisória nº 938/2020](#), esta última criada especificamente para compensar a queda nos repasses de FPE. No 5º bimestre, as Transferências Correntes cresceram de maneira notória (+R\$ 417,6 milhões e 33,2%) em relação ao mesmo período do ano passado justamente em virtude dessas medidas extraordinárias.

Como já mencionado, a MP nº 938/2020 foi criada para compensar a queda de FPE, e nota-se que o Fundo ainda não registrou recuperação frente aos resultados do ano anterior (-R\$ 354,1 milhões). Dessa forma, a Medida Provisória, que vigoraria até junho, foi estendida até o mês de novembro por meio da Lei 14.041 de 18/08/2020 e acumula, até outubro, um total de R\$ 507,9 milhões repassados. Isso demonstra que o objetivo de compensar a queda nas transferências do FPE foi alcançado e ainda há margem de compensação também para o decréscimo das transferências do FUNDEB (-R\$ 56,6 milhões).

ii. Receitas Tributárias

Acerca do recolhimento tributário, a desaceleração nas atividades do comércio e da indústria impactaram a arrecadação de maneira direta em todo o país. O 2º e 3º bimestres registraram as maiores quedas nas Receitas de Impostos em virtude do alto índice de isolamento social no período. No entanto, a partir do 4º bimestre,

houve sinalização de recuperação das atividades e, consequentemente, maior arrecadação tributária.

Como já citado no [relatório do bimestre anterior](#), um dos causadores do acréscimo de Receita do Estado foi a alteração do calendário para pagamento de IPVA e ICMS. Dessa forma, tributos que normalmente eram recolhidos no 2º bimestre foram postergados para o final do ano (4º, 5º e 6º bimestres). Somado a isso, há ainda a retomada das atividades do comércio e das indústrias, o que também contribuiu para o acréscimo na receita tributária.

Nesse contexto, o 5º bimestre prosseguiu nessa tendência de crescimento ao registrar aumento de 13,7% nas Receitas de Impostos (+R\$ 217,5 milhões) em relação ao 5º bimestre de 2019. Dentre as fontes de Receita, destaca-se o ICMS (+9,9%; +R\$ 123,5 milhões), oriundo da circulação de mercadorias e serviços no território estadual, essa fonte tributária contribuiu com mais de 55% do acréscimo nas Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e é a fonte de maior arrecadação do Maranhão. Nesse sentido, segundo o [Estudo acerca do Comércio Varejista formulado pelo IMESC](#), o volume de vendas do Estado subiu 23,4% em relação ao mês de setembro de 2019. Esse resultado foi o segundo de maior desempenho dentre as Unidades Federativas. O Estudo também aponta que, na comparação do acumulado até setembro, o Maranhão registrou aumento das vendas no varejo ampliado de cerca de 2,6%, nível muito superior quando comparado ao cenário nacional de queda em -3,6%. No ranking anual de desempenho, no acumulado do ano, o Maranhão ocupou o 5º lugar dentre os 27 Estados, demonstrando bom resultado nas vendas do varejo ao longo de 2020.

Também deve-se destacar o desempenho da arrecadação de IPVA, quando comparado com o 5º bimestre de 2019, tem-se um aumento no recolhimento de 151,9%. Como já citado anteriormente, a explicação para esse elevado crescimento é a alteração do calendário de pagamento como medida de atenuação da crise causada pela pandemia. Dessa forma, o recolhimento que antes era realizado nos primeiros bimestres do ano foi postergado, o que resulta em queda da receita entre março e junho e crescimento extraordinário nos dois últimos bimestres do ano. Ao observar o acumulado até outubro, o resultado é positivo na ordem de R\$ 17,6 milhões, isso significa que, ainda que a crise tenha impactado drasticamente a arrecadação no período de maior nível de isolamento social da população, houve recuperação nos meses posteriores e o saldo foi positivo.

A tabela seguinte apresenta a arrecadação de ICMS por setor e grupo de atividade econômica, seguindo os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e conforme regime de competência da Secretaria de Estado da



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Fazenda – SEFAZ. O setor terciário, que compreende o segmento de maior arrecadação do PIB, no 5º bimestre de 2020 apresentou aumento de 18,7% (+R\$ 178,44 milhões), compensando a retração de 15,34% (- R\$ 63,23 milhões) do setor secundário e de 14,28% (- 1,75 milhões) do setor Primário.

Os principais fatores que influenciaram o aumento das receitas do setor terciário evidenciaram-se nos seguintes grupos de atividades:

- Comércio Varejista com variação na arrecadação de 46,53% (+81,54 milhões): de acordo com a Nota Bimestral de Conjuntura Econômica sobre o Comércio Varejista do IMESC, no mês de setembro, o varejo ampliado maranhense cresceu 23,4% no volume de vendas em 2020, quando comparado ao mesmo período no ano de 2019, apresentando desta forma, o melhor segundo resultado no Brasil. Ainda conforme o Boletim, o aumento de 9,6% na venda de veículos no comparativo nacional, contribuiu para o resultado positivo do Comércio Varejista no Maranhão. No acumulado do ano até o mês de setembro, o estado cresceu 2,6% no varejo ampliado em comparação ao comportamento das vendas no país, que apresentou queda de -3,6%, posicionando o Maranhão no 5º melhor desempenho dentre os estados do Brasil. Em relação ao varejo restrito para o mês e anos considerados, houve alta de 21,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Já acumulado do ano até setembro o varejo restrito cresceu 5,7% no estado.

- Comércio Atacadista, com variação de 44,36% (+R\$ 89,25 milhões): O comércio Atacadista seguiu a tendência do Comércio Varejista no que diz respeito a um bom desempenho econômico após as medidas de afrouxamento das restrições de isolamento social. As atividades que influenciaram no crescimento do setor foram o Comércio atacadista de produtos alimentícios (+R\$ 23 milhões), Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante (+R\$ 19,1 milhões) e Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano (+R\$ 6,86 milhões). Destaque para esta última atividade, já que por conta da pandemia e dos novos casos de infecção por COVID-19, houve um aumento da procura por medicamentos.

- Serviços de Comunicação com crescimento de 10,14% (+R\$ 6,64 milhões): a maior variação absoluta deve-se principalmente pelo crescimento de Telefonia Móvel Celular (+R\$ 5,3 milhões), seguido de longe pelas Telecomunicações por satélite (+R\$ 818 mil), e Serviços de Telefonia Fixa Comutada – STFC (+R\$ 731 mil). Depreende-se que as medidas de isolamento social, fortaleceram o uso de tecnologia e a necessidade do uso de telefones celulares. As pessoas passaram a trabalhar e a estudar de suas casas, o que explica o crescimento das vendas neste setor. Soma-se a isto, a liberação do auxílio emergencial neste período, estimulando a compra de novos equipamentos para adaptação da nova rotina imposta pela pandemia.

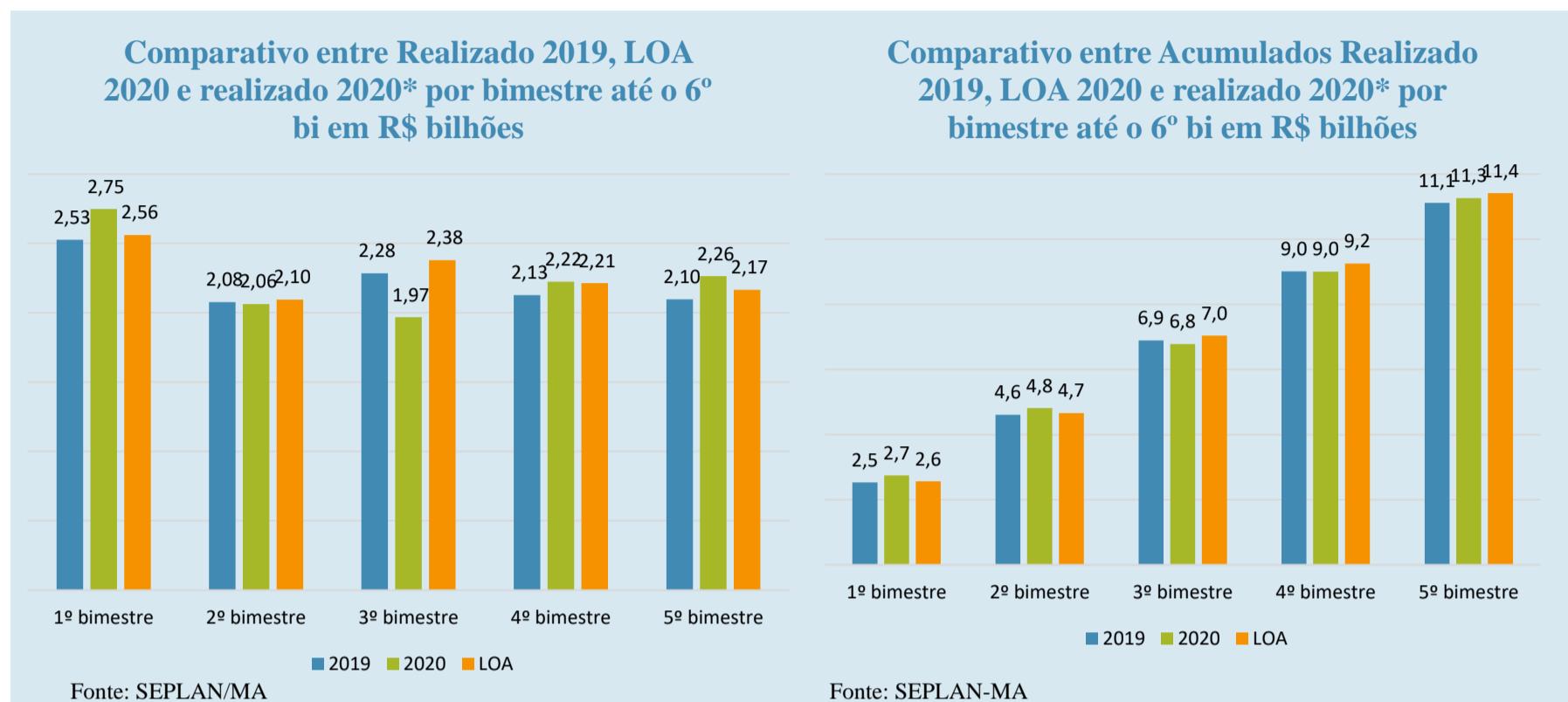
Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – Acumulado de jan. a ago. de 2019 e 2020 e 5º bimestre de 2019 e 2020

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano		5º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2019 (a)	2020 (b)	2019 (c)	2020 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
PRIMÁRIO	44,80	45,63	12,24	10,49	0,83	-1,75	1,84	-14,28
AGRICULTURA	15,72	12,63	5,69	3,76	-3,09	-1,93	-19,66	-33,91
PECUÁRIA	26,60	30,49	5,94	6,14	3,89	0,20	14,62	3,40
PESCA E AQUICULTURA	0,56	0,42	0,10	0,11	-0,14	0,02	-24,63	15,46
PRODUÇÃO FLORESTAL	1,92	2,09	0,51	0,48	0,16	-0,04	8,58	-7,07
SECUNDÁRIO	2.130,79	1.484,18	412,22	348,99	-646,60	-63,23	-30,35	-15,34
COMBUSTÍVEL	1.124,55	398,39	168,26	74,26	-726,16	-94,00	-64,57	-55,87
ENERGIA ELÉTRICA	11,52	24,59	2,39	2,51	13,08	0,11	113,58	4,66
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	967,67	1.035,71	236,25	266,18	68,04	29,93	7,03	12,67
INDÚSTRIA EXTRATIVISTA	24,82	23,54	4,67	5,54	-1,28	0,88	-5,17	18,78
INDÚSTRIAS - OUTRAS	2,24	1,96	0,65	0,50	-0,28	-0,14	-12,46	-22,41
TERCIÁRIO	4.058,63	4.933,12	953,61	1.132,04	874,49	178,44	21,55	18,71
COMBUSTÍVEL	952,70	1.323,58	305,56	293,69	370,89	-11,87	38,93	-3,88
COMÉRCIO ATACADISTA	941,17	1.171,19	201,17	290,41	230,03	89,25	24,44	44,36
COMÉRCIO VAREJISTA	868,66	991,15	175,23	256,77	122,49	81,54	14,10	46,53
ENERGIA ELÉTRICA	729,71	696,41	152,85	161,88	-33,31	9,03	-4,56	5,91
OUTROS SERVIÇOS	77,33	89,13	17,99	19,12	11,80	1,13	15,27	6,28
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	319,33	337,71	65,48	72,12	18,38	6,64	5,76	10,14
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	169,74	323,94	35,33	38,05	154,21	2,71	90,85	7,68
TOTAL	6.234,22	6.462,94	1.378,07	1.491,53	228,72	113,46	3,67	8,23

Fonte: BI-SEFAZ/MA



iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020



O 5º bimestre de 2020 marca a continuidade da recuperação econômica após o lockdown e o início do achatamento da curva de contágio da pandemia no Brasil. Desta forma, os resultados do bimestre conseguiram superar o mesmo período de 2019, registrando R\$ 2,6 bilhões, alta de 8% em relação ao período anterior, e excedendo em relação ao orçado para o período nos conformes da LOA em R\$ 98,9 milhões (+4,6%).

No comparativo do acumulado até o 5º bimestre, 2020 registrou receitas de R\$ 11,3 bilhões, crescimento de R\$ 152,7 milhões (+1,4%) em relação à 2019, contudo, frustração de R\$ 148,7 milhões (-1,3%) em relação a LOA.

Essas frustrações acumuladas em relação ao orçamento elaborado com dados de junho de 2019, derivaram sobretudo das perdas nas Transferências da União, destacadamente do Fundo de Participação dos Estados – FPE, que no período acumularam perdas de R\$ 555,3 milhões; A arrecadação tributária maranhense sofreu seu maior baque no 3º bimestre, quando houve maior frustração das receitas de ICMS, contudo, os bons resultados para o tributo no início do ano – destacadamente o 1º bimestre, a

manutenção e até maior consumo no comércio atacadista e varejista (consequência dos auxílios à população) e a relação da arrecadação com a tributação de combustíveis e lubrificantes, cujo preço internacional ficou ascendente após os *lockdowns* permitiu acelerar a recuperação na arrecadação do tributo, que foi ainda mais fortalecido com a, ainda que lenta, recuperação da atividade econômica.

Há de ressaltar, nesse aspecto, os auxílios da União para o respaldo financeiro do Estado do Maranhão, não estão contabilizados nesta seção, mas serviram para compensar as frustrações do FPE, assim como o auxílio emergencial à população de baixa renda que garantiu certa manutenção do consumo como observado no comércio varejista e atacadista, permitindo também, maior arrecadação de ICMS.

Em paralelo, é importante observar, o crescimento dos repasses do SUS em relação ao orçado em 2020, que registraram no período de referência a cifra adicional de R\$ 262,6, esse montante extra, também está correlato à repasses da união que visam o combate da pandemia e o aprimoramento da saúde pública.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2020 realizado x Orçado na LOA 2020

Principais receitas	1º bimestre 2020	2º bimestre 2020	3º bimestre 2020*	4º bimestre 2020*	5º bimestre 2020*	Acumulado
ICMS	157.850.431,48	26.071.905,88	- 160.098.010,18	8.306.106,83	42.439.546,92	74.569.980,94
IR	- 26.141.222,94	- 10.155.685,74	7.219.776,27	- 16.710.730,97	66.281.260,85	20.493.397,47
ITCD	1.883.149,34	- 337.251,27	375.518,89	1.226.539,78	351.131,07	3.499.087,82
IPVA	8.466.944,61	- 17.779.046,38	2.708.132,18	17.528.473,80	9.525.794,25	20.450.298,45
CIDE	- 1.519.314,77	- 1.135.554,26	- 56.404,57	- 2.591.396,07	- 342.415,25	- 4.960.254,42
Taxas	17.876.965,42	- 2.055.697,90	4.861.542,07	31.571.617,05	27.557.825,16	79.812.251,80
FPE	11.739.388,16	- 100.968.243,63	- 312.785.880,49	- 101.489.210,75	- 51.747.710,96	- 555.251.657,68
FUNDEB	10.431.026,84	- 2.407.343,25	- 5.644.724,39	- 23.005.203,99	- 34.180.894,63	- 49.992.452,93
SUS	5.674.264,39	- 71.564.688,34	- 51.579.030,54	- 95.543.531,19	- 38.291.674,55	- 262.653.189,01
Total	186.261.632,53	- 32.387.541,70	- 411.841.019,68	10.379.726,87	98.861.042,45	- 148.726.159,54

Fonte: SEPLAN/MA



b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 5º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período – Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Acumulado do Ano		5º bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2019	2020	2019	2020	jan-out 20/ jan-out 19	5º bi20/ 5º bi19	jan-out 20 - jan-out 19	5º bi20 - 5º bi19
Despesas Correntes	11.565,03	12.587,05	2.095,07	3.219,34	8,84	53,66	1.022,01	1.124,27
Pessoal e Encargos Sociais	7.396,51	7.949,25	1.253,14	2.351,60	7,47	87,66	552,74	1.098,46
Juros e Encargos da Dívida	337,97	135,88	43,35	13,61	-59,79	-68,60	-202,09	-29,74
Outras Despesas Correntes	3.830,55	4.501,92	798,59	854,14	17,53	6,96	671,37	55,55
Despesas de Capital	1.589,03	1.524,53	304,57	533,87	-4,06	75,28	-64,50	229,29
Investimentos	933,11	1.121,51	251,36	458,85	20,19	82,55	188,40	207,49
Inversões Financeiras	103,53	123,92	0,00	49,81	19,69	0,00	20,39	49,81
Amortização da Dívida	552,39	279,10	53,22	25,21	-49,47	-52,64	-273,29	-28,01
Total Geral	13.154,06	14.111,57	2.399,65	3.753,21	7,28	56,41	957,51	1.353,56

Fonte: SEPLAN/MA

Como medida de atenuação dos efeitos da crise pandêmica, o Estado, em todas as suas esferas, tinha como desafio manter a demanda agregada em um patamar consolidado. Nesse sentido, políticas fiscais expansionistas foram implementadas, a maior parte delas categorizadas nos grupos Outras Despesas Correntes e como forma de Investimento, seja este realizado em infraestrutura ou na compra de materiais necessários. Nesse sentido, no acumulado de janeiro a outubro, houve aumento de 20% na despesa com Investimentos e 17,5% de crescimento em Outras Despesas Correntes em relação ao mesmo período em 2019. A soma dos dois grupos gerou um aumento de cerca de R\$ 859 milhões nas contas Estaduais de janeiro a outubro quando comparadas com o ano anterior.

No grupo de Despesa referente a Juros e Encargos da Dívida há um registro de queda, uma vez que uma das medidas para atenuar os efeitos da crise foi o adiamento dos compromissos de pagamento de dívidas, o mesmo pode ser constatado em Amortizações. O mecanismo jurídico que permitiu essa suspensão nos pagamentos de dívidas entre os Entes e a União foi a [Lei Complementar nº 173/2020](#).

Acerca das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, verifica-se um aumento na comparação entre bimestres de mais de 87%. Esse crescimento deve-se a uma regularização realizada no final do ano com as folhas de pagamento dos funcionários por conta de alterações no sistema. Ou seja, a despesa não foi executada apenas no 5º bimestre, mas ao longo de todo o ano, no entanto, a situação sistêmica foi regularizada apenas no bimestre corrente.



TÓPICOS EXTRAS

1. Projeto de Lei Complementar nº 101/2020

Desde o mês de abril, tramita na Câmara Legislativa o PLP nº 101/2020. O texto trata da criação de novos Programas Fiscais por conta da atual situação financeira dos entes subnacionais agravada pela pandemia. O objetivo geral do Projeto de Lei é criar mecanismos para lidar com os diferentes níveis de desequilíbrio fiscal subnacional, além de fornecer alívio aos entes no curto prazo por conta dos efeitos da pandemia, somado ao reforço e aprimoramento das regras fiscais.

O Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF) tem como público-alvo as três esferas públicas, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os benefícios fornecidos tratam da maior abertura para operação de crédito com base na Receita Corrente Líquida e na Capacidade de Pagamentos. Em contrapartida, os entes devem informar seus dados fiscais à União, além de atingir metas e compromissos estabelecidos.

Além deste, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) também foi descrito tendo o mesmo público-alvo. Os maiores beneficiados, no entanto, são os entes com a nota C na CAPAG, os quais não possuem o aval e a garantia da União para realizar novas operações de crédito por conta da situação fiscal enfrentada. Com o novo Plano, os Estados poderão solicitar novas operações de crédito com garantia da União, no entanto, estas liberações financeiras estarão condicionadas a metas e compromissos fiscais.

Segundo o texto do Projeto de Lei, a contrapartida do ente seria aprovar pelo menos 3 de 8 propostas encaminhadas ao legislativo. Seriam elas: alienação de participação societária de empresas públicas; adoção de regras previdenciárias aplicáveis aos servidores públicos da União; redução de pelo menos 20% de benefícios fiscais; revisão dos regimes jurídicos dos servidores; teto de gastos para despesas primárias pelo IPCA; leilões de pagamento de obrigações financeiras - RAP; gestão financeira centralizada no Poder Executivo do ente e instituição do regime de previdência complementar. Além destas citadas, o compromisso primordial dos entes é com o limite de despesa com pessoal em relação a RCL estipulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também foram previstas alterações no Regime de Recuperação Fiscal – RRF que suspende o pagamento das dívidas integralmente pelo prazo de um ano, após esse período o saldo volta a ser pago de maneira progressiva até o 9º ano do regime. Vale ressaltar que os Estados que podem adotar o RRF são os que possuem nota D na CAPAG, a saber, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O Projeto de Lei também objetiva o fortalecimento das Regras Fiscais vigentes no país através da Lei de Responsabilidade Fiscal e sugere reformas internas.

